

Aconteceu

CONGRESSO DA CUT REELEGE MENEQUELLI

O Concut reuniu mais de 15 mil trabalhadores em Belo Horizonte. Entidade rejeita Pacto Social, discute nova Constituição e já prepara mandados de injunção. (Pág. 15 e última página)

Lorisvaldo de Paula



O Cacique Mário Juruna (esq.) com o major da PM preso na Casa do Índio.

Índios trocam reféns em Goiás por expulsão de PM agressor

Foi no município de Aragarças. Durante vários dias, cinco policiais, entre eles um major, ficaram presos como reféns na Casa do Índio. Xavante queriam a punição do PM que feriu índio com um tiro. (Pág. 11)

Anistia internacional denuncia tortura e morte

Documento foi divulgado no mundo todo. Governo não quis tomar conhecimento e Ministro da Justiça disse que a entidade é inidônea. CPT divulgou junto um dossiê com os assassinatos deste ano. (Pág. 13)

Sarney é vaiado no desfile militar

(Pág. 4)

Chile se mobiliza pelo não a Pinochet

(Pág. 7)

Terminou a maior greve de professores do Rio

Terminou dia 9 a greve dos professores estaduais do Rio, que durante 89 dias afetou cerca de 4 mil escolas, 1,3 milhão de alunos e 34 mil profissionais de ensino. De acordo com a Portaria 004, baixada pela Secretaria de Educação, os diretores de escolas têm 10 dias para aprovar o calendário do segundo semestre. Do calendário deverá constar o cumprimento dos 180 dias e das 720 horas anuais de aulas, o que poderá estender o ano letivo até 1989.

O presidente do Cepe (Centro Estadual de Profissionais de Ensino), Jailson Alves dos Santos, disse que os professores debaterão em suas escolas a questão do ensino, a respeito das aulas, a eleição dos novos diretores, que se realizará no final do ano, e a continuação da luta.

Ele explicou que a categoria ficará em estado de mobilização e que nova assembléia foi marcada para 8 de outubro: "Para avaliarmos se as exigências dos professores estão sendo cumpridas pelo governo do Estado". Eles prometem um dia nacional de luta, com data ainda a ser marcada, e nova reunião do conselho deliberativo do Cepe, dia 17.

A suspensão da greve foi decidida durante assembléia que reuniu aproximadamente 2.000 pro-

fessores durante duas horas e meia, no Sambódromo. A direção do Cepe disse que previa esse resultado porque, de um total de 42 municípios com escolas em greve, 28 apoiavam a volta às aulas, três acatariam a decisão da maioria e só 11 eram contrários. Para Jailson foi uma vitória política, pois o secretário prometeu criar uma comissão paritária, para estudar e planejar as reivindicações dos professores.

Segundo Ângela Fernandes, vice-presidente do Cepe, os professores deixarão de ter atendidas algumas reivindicações básicas. Eles queriam indexador de salário vinculado ao ICV (Índice de Custo de Vida); reparação das perdas salariais, que até julho correspondiam a 214%; plano de carreira para o pessoal de apoio; triênio para os aposentados; melhor qualidade de ensino; nova data-base; e revisão das punições. Com a volta às aulas, será criada a comissão paritária e os professores, ainda sem indexador, têm como única garantia a carta de intenções redigida pelo secretário, na quinta-feira à noite, na qual ele promete formalizar a comissão, para examinar a estrutura salarial do Estado, tentando assegurar o piso de 5,1 salários-referência, a partir de janeiro de 89, para o magistério, além de novo piso para o pessoal de apoio. (JB - 10/09/88)

Sete mil professores em passeata no Paraná

Os professores da rede estadual de ensino do Paraná, em greve há 31 dias, paralisaram dia 6 pela manhã o centro de Londrina (379 km ao norte de Curitiba), em uma passeata que reuniu mais de sete mil professores de várias regiões do Estado.

Durante a manifestação os policiais militares se limitaram a servir como batedores, abrindo caminho para a passeata - uma das maiores da história de Londrina.

Várias associações de pais e mestres ocuparam o microfone, em uma assembléia anterior à passeata, para as reivindicações dos professores. Durante a assembléia os professores decidiram manter a greve por

tempo indeterminado, "até que o governo restabeleça as negociações", segundo Oeldes Volci, 45, diretor do núcleo regional da Associação dos Professores do Paraná (APP), de Londrina.

Volci disse que a passeata de Londrina "foi uma demonstração de força da categoria". Ele refutou as afirmações de Álvaro Dias, em cadeia estadual de televisão, de que os professores estão querendo "um salário de CZ\$ 600 mil para quem tiver mais de 20 anos de magistério". Para Volci o que existe é uma reivindicação de oito salários mínimos como piso, "isto para se estabelecer a negociação." (Folha SP - 07/09/88)

Aconteceu
No. 471 - setembro 1988
CEDEI Centro Ecnômico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963
Telefone: 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior
Marcus Vinícius Grad Borges
Neide Esterci
Sérgio Ali
Vera Maria Massagao Ribeiro
Nico Teixeira

Coordenador:
Jethier Pereira Ramalho

Editor
Xico Teixeira
Editora assistente
Ligia Dutra
Composição
Katia Simoes
Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Fotótipos e impressão
Tribuna da Imprensa

Relatores terminam revisão da Carta

O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e os relatores-adjuntos José Fogaça (PMDB-RS), Konder Reis (PDS-SC) e Adolfo Oliveira (PL-RJ), entregaram dia 8 ao 1º vice-presidente do Congresso constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), e ao co-presidente da Comissão de Redação, senador Afonso Arinos (PSDB-RJ), o texto revisado e renumerado da Constituição, que foi aprovado em segundo turno. Com ele, foram entregues 57 sugestões formais à Comissão de Redação.

Com 313 artigos no total (244 no corpo permanente e 69 nas Disposições Transitórias), o texto terá sua impressão providenciada pelo secretário-geral da Mesa, Paulo Affonso Martins de Oliveira.

No dia 15, o texto aprovado pela Comissão será distribuído aos constituintes que terão até o dia 17 para apresentar sugestões à Comissão.

As publicações das sugestões serão feitas no dia 18 e apreciadas nos dias 19 e 20. No dia seguinte, 21, o texto final será publicado, e levado à votação no plenário no dia 22, em turno único.

“É um trabalho mastigado”, disse o relator-adjunto José Fogaça. Segundo ele, a Comissão de Redação não teria tempo suficiente para fazer “esse trabalho braçal que finalizamos”. Segundo Fogaça, para a Comissão ficaram “as grandes linhas de discussão”. As 57 sugestões formais somam-se “cerca de 80 informais, que serão apresentadas ver-

balmente durante o trabalho da Comissão, relativas a pequenas coisas”, segundo o senador gaúcho.

Para o relator-adjunto Konder Reis, o trabalho “mais penoso” desta fase é a adequação de estilo. “Cada constituinte fez sua emenda seguindo um estilo próprio. É preciso uniformizar o texto”, disse o deputado, acrescentando que essa tarefa será completada pelo filólogo Celso Cunha, que assessora a Comissão.

Os deputados Bernardo Cabral e José Fogaça apresentam algumas das sugestões que foram feitas:

1) Transformação de todos os artigos relativos ao Ministério Público em um capítulo à parte. É uma sugestão do promotor Ibsen Pinheiro (RS), líder do PMDB na Câmara, que eleva, segundo Fogaça, “o status institucional” do Ministério Público.

2) Elevação de limite mínimo para o número de vereadores nos municípios com mais de 5 milhões de habitantes de 33 para 42. Segundo Cabral, isso corrige um “equivoco”, já que 33 já é o limite mínimo para as cidades com mais de 1 milhão e menos de 5 milhões.

3) A menção ao “crime hediondo”, definido como inafiançável e imprescritível, seria alterado, para atender a uma definição em lei. Ficaria como “os definidos como crimes hediondos”. (Folha SP - 09/09/88).

Texto exigirá 242 leis

Um levantamento preliminar elaborado pela Consultoria-Geral da República apontou que a nova Constituição exigirá 201 leis ordinárias e 41 complementares.

Desse total, pelo menos 50 serão de iniciativa do Poder Executivo, disse Saulo Ramos, o consultor-geral.

Segundo ele, a elaboração das leis é o grande obstáculo a superar com a nova Constituição. Para Saulo Ramos, a grande questão é saber o que será possível fazer funcionar no país, após a promulgação prevista para o próximo dia 5 de outubro.

“Haverá um vácuo”, declarou Saulo Ramos, referindo-se a dispositivos como o mandado de injunção. Através desse mecanismo, segmentos da sociedade podem acionar o Supremo Tribunal Federal, para que este regulamente dispositivos constitucionais em lugar do Poder Legislativo.

Para o consultor-geral da República, embora o dispositivo pareça auto-aplicável, na nova Carta não está explicitado o tempo disponível que o Legislativo terá para elaborar as novas leis.

Ou seja, a nova Carta não define o rito do processo de mandado de injunção.

O crime de tortura, segundo Saulo Ramos, não tem tipificação penal prevista na atual legislação. Ele entende que esse crime também dependerá de lei complementar.

Para o consultor-geral da República, será preciso definir também, através de legislação complementar, como será possível exercitar o direito de greve.

Segundo Saulo Ramos, há duas restrições: o que são atividades essenciais e qual o procedimento para reparar possíveis danos provocados pela greve. (Folha SP - 09/09/88)

Sarney vaiado no desfile de 7 de setembro

O presidente José Sarney foi vaiado dia 7 em Brasília, quando percorria o setor sul do Eixo Monumental, em Brasília, para abrir o desfile comemorativo do Sete de Setembro. Protegido pelo mais rígido esquema de segurança dos últimos seis anos - 2.500 homens -, Sarney assistiu a um desfile marcado por protestos de secundaristas, ecologistas, socialistas e oito prisões efetuadas pela PM. Às 9h45, o presidente cruzou o setor sul do Eixo Monumental - Eixão - e chegou ao palanque. Enquanto, à sua frente, seis mil soldados progrediam em ordem, a 80 metros, contidos pela PM, cerca de cem manifestantes protestavam.

As vaias irromperam no setor sul do Eixão quando, a caminho do palanque, o presidente desfilou a bordo de um Rolls Royce conversível com a capota recolhida. Antes que ele desembarcasse, os ecologistas Hélio e Francisco Góes, que protestavam contra as queimadas em Rondônia, tiveram uma faixa apreendida e foram detidos. Soltos em seguida, a PM recolheu mais uma faixa, com os dizeres: "A miséria não desfila".

Ao lado do presidente e sua mulher, Marly, estavam 15 ministros e sete garçons de

luvas brancas, num palanque mais vazio que o do ano passado. "Queremos professores", estava escrito na faixa, apreendida, de secundaristas do Centro Educacional do Gama (cidade-satélite a 40 km da capital). O esquema de segurança ostensivo, com 1.500 homens ao longo do Eixão e mais mil espalhados entre o público e postados no alto de prédios, armados de fuzis, assustou os jovens estudantes. Às 10h15 eles pareciam dispostos a ir embora quando Sérgio Eduardo, 18, convocou: "Tomaram nossa faixa, mas vamos lá protestar".

Dez minutos depois um deles, Antônio Marcondes, 19, estava preso. Arrastado por PMs, à frente os capitães Dal Malin e Rossi, o estudante foi solto sob pressão de meia centena de manifestantes.

Com violência, à base de golpes de cassete e pontapés, pouco depois Flávio Villar e Rui Carlos, da União da Juventude Socialista, foram detidos e atirados na Patama 674. Às 11h40, depois do Hino Nacional, que não recebeu aplausos do público, o presidente retirou-se. Num Galaxie fechado, sob vaias. (Folha SP - 08/09/88)

Desfile militar tem incidentes em Porto Alegre

Um incidente envolvendo policiais do Exército e um homem identificado como Antônio Fernando Silva, que ultrapassou a área de segurança (atrás do palanque), marcou o final do desfile militar de 7 de setembro em Porto Alegre, adiado para dia 11; quando mesmo com chuva foi realizado. O homem, aparentando ser um deficiente mental, foi arrastado por cinco policiais da PE, que quiseram revisar sua sacola. Como ele reagiu, foi tratado com violência pela polícia e conduzido até a área judiciária da polícia civil.

Fotógrafos que estavam cobrindo o desfile registraram o fato, ocorrido atrás do palanque oficial, e também foram empurrados e impedidos de fotografar. O fotógrafo que tra-

balhava para o JORNAL DO BRASIL, Antônio Guerreiro, da Objetiva Press, teve sua máquina arrancada do pescoço, depois de ter batido uma foto, enquanto Damião Ribas, do Correio do Povo, teve seu filme arrancado da máquina.

O desfile militar começou pouco depois das 10h, mesmo com a chuva fina que caiu durante toda a manhã, pois já havia sido adiado na quarta-feira, quando também chovia na capital. Poucas pessoas assistiram a parada. No palanque oficial estavam o governador, Pedro Simon, o comandante militar do Sul, Clóvis Borges de Azambuja, o prefeito, Alceu Collares, e o arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling. (JB - 12/09/88)

O Governo acabou!**Ninguém leva Sarney a sério**

O presidente José Sarney já consegue ser vaiado durante uma parada militar. É o máximo para um governante que só ganha as ruas protegido por formidável aparato bélico. Sarney, como se sabe, sofre o fascínio da farda. Há tempo ele se aninhou gostosamente nos braços do sistema de poder tão bem representado em Brasília por seus sete ministros militares. Mas no dia 7 passado, em plena festa da Independência, as vaias de um grupo de manifestantes soaram mais alto do que o passo cadenciado do desfile - e nas cercanias de um palanque apinhado de quepes engalanados. Pálido de espanto, o presidente escondeu-se atrás dos generais.

Sarney vem atravessando várias experiências constrangedoras, até quiseram demolir com uma picareta o ônibus em que viajava. Quem sabe estivesse passado por lá o Hulk, aquele que fica verde de raiva. A vaia do dia 7 acaba sendo, porém, o episódio mais doloroso para um presidente que aposta no poder de inti-

midação dos generais. A presença do general Leônidas, observe-se, não afugentou os manifestantes. Deste ponto de vista, só valeram os cassetetes. O próprio ministro do Exército deve ter ficado entre surpreso e decepcionado.

Não foi, cumpre dizer, um dia de escassa vibração cívica, em Brasília e outras cidades. A afluência do público às ruas, para ver a parada, foi maciça em muitos lugares. Mas Sarney estragou a festa. Poderia ser diferente? O próprio presidente tem tomado cuidado de não comparecer a cerimônias que o aproximaria do povo - mas por resguardo a si mesmo, é de se supor, do que por boa educação.

Sarney não compareceu, por exemplo, à inauguração da Bienal do Livro, em São Paulo. Trata-se da quinta feira de livros do mundo, e eventos análogos, em outros países são sempre prestigiados por chefes de Estado e de governo. O ex-presidente da Câmara Brasileira do Livro, Mário Fittipaldi, enxergou mais uma prova do "descaso de nossas

autoridades pelas coisas da inteligência e da cultura", e tanto mais estranhável porque o presidente é acadêmico. No entanto, Fittipaldi teria de agradecer pela ausência, a Deus ou ao próprio ausente. Por onde Sarney transita o tempo esquentado perigosamente.

Graças à invulgar capacidade de semear a inquietação à sua simples passagem, Sarney já não fica totalmente despercebido. Apesar dos 18 meses de governo que lhe restam, a corrida sucessória largou e ninguém liga mais para ele. O País afunda na crise, mas não se esperam do governo grandes medidas, apenas os gestos useiros de quem espreme todas as vantagens dos últimos dias de poder. São umas tantas mazelas da corte, e a entrega de cargos de confiança a amigos do peito, que, a par das vaias, mantêm Sarney no noticiário. A comédia caminha para o epílogo e o presidente só cabe mesmo no papel de quem, invariavelmente, não escapa à assuada. (Isto É Senhor/991 - 14/09/88)

Candidato a prefeito agride mulheres na Bahia

A Coordenação da Frente Nacional dos Trabalhadores divulgou nota denunciando o candidato a prefeito de Eunápolis, Gediel Pereira Sepúlveda, pelo PMDB, que agrediu as agentes de saúde Lila Beatriz e Diva Rosa quando estavam trabalhando na campanha de vacinação no município. É o seguinte um trecho da nota da Coordenação:

"As companheiras estavam executando a campanha de vacinação e ao mesmo tempo enquanto visitadoras distribuíram a cesta básica de alimentos complementares, do INAM. O candidato/médico de forma oportunista, tentou usar esse espaço, para fazer sua campanha eleitoral.

As companheiras Lila e Diva em cumpri-

mento às determinações de sua superiora, em Salvador, não permitiram a prática oportunista pretendida pelo candidato do PMDB. Essa foi a causa que o político "coronelista", que quer ser o primeiro prefeito da recém-emancipada e querida Eunápolis, encontrou para pôr em prática a sua truculência, dando assim, uma amostra do trato que daria ao funcionalismo público dessa cidade, e à comunidade trabalhadora caso venha ser eleito.

A Frente Nacional dos Trabalhadores, vem de público manifestar o seu repúdio à covarde agressão do médico/candidato, contra essas duas companheiras, no exercício da sua honrada profissão e no seu próprio local de trabalho."

Greve na Argentina termina com 100 feridos

Pelo menos 100 feridos, quatro deles gravemente, entre civis e policiais, e detidos em número não fornecido pela polícia, foi o saldo da batalha campal desencadeada pelo comício de encerramento da greve geral dia 9, em Buenos Aires. A violência do episódio está sendo comparada à do dia 30 de março de 1982, quando os trabalhadores enfrentaram o general Leopoldo Galtieri, então na presidência da República, e foram duramente reprimidos.

A Confederação Geral de Trabalhadores, organizadora da greve e do ato, vai responder ao que chama de "Selvagem e injusta violência oficial".

O conflito

O rastilho do conflito foi uma briga entre militantes de esquerda e sindicalistas. Às 17h45, uma hora depois do início do ato público, manifestantes do partido Comunista enfrentaram filiados aos sindicatos dos metalúrgicos e dos empregados em construção (UOM e UOCRA). A Polícia entrou na briga, lançando algumas

bombas de gás lacrimogêneo. A partir daí o conflito se generalizou, e mal se via quem era quem, pois as bombas se multiplicaram, escurecendo a área.

No palanque, Ubaldini, Antônio Cafiero, presidente do Partido Justicialista, Oscar Allende (presidente do Partido Intransigente), Carlos Auyero (presidente do Partido Democrata Cristão) e Lorenzo Miguel (secretário da UOM) protegiam os olhos com lenços. O secretário da CGT pedia uma retirada em ordem, sem nenhum sucesso. Às 18h, a multidão entrou em pânico e, para escapar ao gás e à pancadaria da polícia, correu em direção do palanque. A polícia, por sua vez, fez o movimento inverso, para proteger a Casa Rosada - que fica ao fundo da mesma Praça de Maio - dispersando os manifestantes a jatos d'água lançados por brucutus para ruas vizinhas.

Vários focos de fogo espalhavam-se pela área da concentração, um triângulo formado pelas duas avenidas diagonais que cortam o centro de Buenos Aires.

O combustível da maioria das fogueiras eram volantes políticos; numa das avenidas, no entanto, dois automóveis foram incendiados pela multidão. Às 18h15, Ubaldini desistiu de tentar acalmar os ânimos e deixou às presas o palanque acompanhado pelos políticos. Ele foi para uma reunião de avaliação de emergência, na sede da CGT; Cafiero foi para um hotel do centro, esperar uma explicação do governo.

Essa foi a primeira vez nos cinco anos do governo Alfonsín que a polícia reprimiu uma manifestação sindical com jatos de água e gás lacrimogêneo. Um grupo de policiais agarrou um manifestante, colocou-o em cima do capô de um carro blindado e depois o empurrou para o chão, onde ele ficou ferido até a chegada de uma ambulância. O presidente da CGT qualificou de "repressão brutal" a atuação da polícia e advertiu: "Cuidado quando tocarem um companheiro, porque assim como paramos o país hoje, voltaremos a parar quando for necessário". (JB - 10/09/88)

Desmond Tutu insiste no boicote às eleições

O arcebispo anglicano Desmond Tutu, que está sendo investigado por violar as leis de segurança da África do Sul, pediu dia 8 pela segunda vez em uma semana que os negros boicotem as eleições municipais marcadas para o dia 26 de outubro. Diante de mais de 2 mil estudantes da Universidade de Cabo Ocidental (multirracial) na Cidade do Cabo, Tutu classificou o regime do apartheid como um "Frankstein que deve ser destruído".

O estado de emergência, que já dura 27 meses na África do Sul considera ilegal o incitamento ao boicote às eleições. A punição é de 10 anos de prisão ou multa de 20 mil rands (Cz\$ 2,4 milhões).

"Seja qual for a penalidade, meus sentimentos me tornam capaz de fazer o que acredito que Deus quer que eu faça", disse Tutu para os universitários. O arcebispo, prêmio Nobel da Paz em 1984, argumenta que participar das eleições municipais - a primeira e a única em que os negros sul-africanos poderão concorrer - significa dar continuidade a dominação branca no país.

"Não se pode reformar o apartheid, ou um Frankstein, pode-se apenas destruí-lo, disse Tutu. As autoridades, até agora, nada falaram sobre a campanha do boicote lançada por Tutu. (FSP - 09/09/88)

Protesto reúne 50 mil no Chile contra candidatura do General Pinochet

Mais de 50 mil pessoas saíram às ruas da capital chilena em protestos contra os 15 anos de regime militar no país, enquanto o general Pinochet, num inflamado discurso em cadeia nacional de rádio e TV, pedia ao povo que votasse sim no plebiscito de outubro. Vinte pessoas ficaram feridas em manifestações na cidade de Concepción, e em Vinna del Mar, a polícia dispersou com gás lacrimogêneo 5 mil pessoas que foram visitar o túmulo do presidente Salvador Allende.

No centro da capital, a polícia empregou bombas de gás lacrimogêneo para acabar com um conflito entre partidários de Pinochet e a oposição, que brigavam no meio da rua.

O bairro operário de La Bandera, na periferia de Santiago, viveu um domingo de protesto que reuniu 50 mil pessoas. A manifestação foi organizada por grupos de esquerda, incluindo o proscrito Partido Comunista. A multidão cantou slogans contra o regime de Pinochet, e grupos de rock e atores animaram os protestos. "Allende, Allende, Allende está conosco", gritavam todos.

"Aqui estão os chilenos que foram pagos com tortura, exílio, prisão e assassinato por terem pensado diferente", disse Anibal Palma, ex-ministro do governo Allende e presidente da

Esquerda Unida, um dos 16 partidos políticos que coordenaram a campanha pelo não.

Entre cartazes com a fotografia de Allende e muitos manifestantes com o rosto coberto, os chilenos reclamaram do regime militar. "O que ganhamos não dá nem para comer", afirmou Victor Saavedra Valdés, de 44 anos, que compareceu à manifestação com a mulher e duas filhas.

Falando para todo o país em cadeia de rádio e TV, Pinochet disse que "o triunfo do sim no próximo plebiscito permitirá a erradicação definitiva da extrema pobreza".

Em Concepción, a terceira cidade do país, 20 pessoas saíram feridas em choques com a polícia durante protestos organizados pelo Partido Democrata Cristão e pela Esquerda Única. Em Autofagasta, no extremo norte do país, várias pessoas foram detidas ao tentar interferir numa manifestação de partidários do sim. No balneário de Vinna del Mar, os carabineiros (polícia militar) entraram em choque contra uma coluna de mais de 5 mil pessoas que se dirigiram até o cemitério Santa Inês, onde está enterrado o presidente Allende. Dezenas de pessoas foram detidas. (O Globo - 12/09/88)

Pesquisa revela vitória do Não

Uma pesquisa de intenção de voto realizada na capital chilena por três institutos vinculados à oposição e divulgada dia 9 revela que 44,2% dos habitantes de Santiago votarão "não" no próximo plebiscito do dia 5 de outubro. O "sim" tem a simpatia de 21% dos moradores da capital.

O atual presidente do Chile, general Augusto Pinochet, concorre como candidato único das Forças Armadas a um mandato de oito anos. Caso seu nome seja aprovado, Pinochet ficará no poder até 1997. Caso vença o "não", o general continuará no poder até 1990, tendo de convocar eleições diretas no próximo ano.

Os resultados não significam uma vitória fácil para a oposição. É na capital chilena que se concentra o maior número de opositoristas. Nas cidades do interior e no campo Pinochet deve vencer. Essa é a opinião de políticos

tanto da oposição como do governo. O general sabe disso e vem centrando sua campanha na província.

Santiago reúne 43% dos 7,3 milhões de eleitores inscritos para votar no plebiscito. Carlos Vergara, o responsável pela pesquisa, disse que, caso o comparecimento às urnas seja superior a 90% (o voto não é obrigatório no Chile), a oposição pode conseguir cerca de 860 mil votos na capital. A pesquisa também revela que cerca de 1/3 dos eleitores ou ainda estão indecisos ou preferiram não declarar seu voto. A oposição espera que estes "indecisos" sejam pessoas que têm medo de declarar seu voto mas que escolherão o "não".

Pesquisa semelhante foi realizada por estes institutos há dois meses. Na ocasião, 33,9% dos habitantes de Santiago disseram que votariam "não" e 19,8% "sim". (Folha SP - 10/09/88)

TV Quêrcia

Do deputado estadual paulista Abdo Hadade (PDS), ao comentar a suspensão de publicidade do governo de Quêrcia na TV Bandeirantes por causa de uma entrevista sobre a "Raspadinha".

"Pelo jeito, Quêrcia só vai anunciar agora na TV do Povo."

Trata-se da TV que secretários de Quêrcia querem instalar na Baixada Santista (SP). (Painel FSP - 09/09/88)

"Segunda classe"

Dos doze integrantes da bancada do Distrito Federal no Congresso, os mais irritados com a indicação de Joaquim Roriz para o cargo de governador são justamente os quatro que votaram pelos cinco anos para Sarney.

"Estamos sendo tratados como parlamentares de segunda classe", disse um deles. (Painel FSP - 09/09/88)

Generosidade de Sarney

A deputada Moema Santiago (PSDB-CE) está indignada com o decreto de Sarney de anistia fiscal.

"É um calote público oficial e beneficia os maus pagadores", diz.

Além da anistia, o decreto de Sarney, publicado no dia 2, dribla decisão do Congresso constituinte que, na véspera, aprovou emenda de Moema suprimindo aquela medida. (Painel FSP - 09/09/88)

Trem

O deputado Gilberto Rodriguez, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, está organizando um trem da alegria.

A idéia é empurrar pela goela abaixo do Departamento do Sistema Penitenciário cerca de 700 assistentes jurídicos que o governo estadual dispensou por medida de economia.

O contribuinte que se dane. (Informe JB - 09/09/88)

Sobe

Há uma articulação em marcha para fazer o jornalista Fernando César Mesquita presidente da I.B.A.

Com a incorporação da ilha de

Fernando Noronha a Pernambuco, o governador fica desempregado. (Informe JB - 09/09/88)

Brasil

Na Rua Cachambi, na Zona Norte do Rio, uma placa aterroriza: "Ensina-se IGR grau. Alfabetisa-se."

Assim mesmo, com s. (Informe JB - 09/09/88)

Esquerda da direita

A deputada Rita Camata (PMDB-ES) veio a São Paulo para participar de um programa de televisão.

Mulher do ex-governador capixaba e atual senador Gérson Camata, aliado do Centrão e da UDR, Rita passou o tempo todo da entrevista querendo passar uma imagem de "progressista" e de aliada da ala esquerda do PMDB.

No final do programa, o entrevistador perguntou:

— Mas, deputada, o seu PMDB é o do governador Miguel Arraes ou o do ministro Prisco Viana?

— Claro que é o do ministro Prisco Viana - respondeu Rita.

Percebeu o engano, ainda tentou consertar, mas o programa foi encerrado. (Painel FSP - 09/09/88)

Versão oficial

A "TV Nacional" de Brasília ligada ao governo, gerou dia 7 em seu "Rede Brasil", telejornal retransmitido para as emissoras da TV Educativa, uma versão amenizada do desfile de 7 de setembro.

Nada de vaia, protestos e prisão de manifestantes. (Painel FSP - 09/09/88)

Rota de colisão

No Palácio do Planalto, a saída de Aureliano Chaves do Ministério das Minas e Energia já entrou em contagem regressiva.

Considera-se inevitável a "trombada" com o governo, pelo estímulo que ele deu aos funcionários da Petrobrás de obterem, via Justiça, os índices de reajuste que os ministros da área econômica não querem conceder. (Painel FSP - 09/09/88)

Plano de campanha

Assessores de Sarney acreditam que, entrando em rota de colisão, Aureliano Chaves procura "angelicamente" forjar uma imagem de oposicionista, que lhe facilitaria a campanha presidencial pelo PFL. (Painel FSP - 09/09/88)

Fim de festa

O Ministro das Comunicações prossegue, de forma acelerada, assinando concessões de emissoras, driblando um procedimento que lhe será vetado pela nova Constituição.

No dia 8, o "Diário Oficial" publicou contratos para a exploração de dez FMs, duas AMs, e um canal de TV em Vitória da Conquista (BA). (Painel FSP - 09/09/88)

"Tá"

Está para sair um novo slogan da campanha de Brizola a presidente:

"Tá com Brizola ou tá com medo".

Dizem as más línguas que o PMDB paulistano vai plagiar o slogan:

"Tá com Leiva ou tá com vego-nha". (Painel FSP - 09/09/88)

Má companhia

Os correligionários de Ulysses Guimarães têm razão em se preocuparem com o suposto apoio de José Sarney à candidatura do deputado à Presidência.

Recentíssima pesquisa do Ibope, na cidade de São Paulo, indicou que o presidente é o pior eleitor.

Para 57% dos entrevistados, o apoio de Sarney faz diminuir a confiança no candidato.

Já o maior eleitor é o senador Mário Covas.

Seu apoio é considerado positivo por 50,2% dos eleitores.

O problema é que Covas é, ele mesmo, o candidato. (Informe JB - 09/09/88)

Conclusão

Do líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, sobre o lançamento, em Belo Horizonte, da chapa Newton Cardoso - Jânio Quadros.

"É modéstia do Jânio".(Painel FSP - 08/09/88)

Inconsequência petista

O deputado Plínio Sampaio (PT-SP) discorda de setores do partido que defendem a assinatura do novo texto constitucional pelos constituintes petistas e o voto "não" na proclamação da Carta.

"Isso me parece mais um brado do que uma atitude política concreta", diz.

"É no mínimo incongruente votar não e assinar o texto, acrescenta.(Painel FSP - 08/09/88)

Esperança "tucana"

O PSDB ainda não apagou a chama de ganhar a Prefeitura paulistana.

"Se o Serra chegar no dia 15 de outubro com 12 a 15% da preferência nas pesquisas nós ganharemos a eleição. O Maluf pode continuar com seus 35% que nós vamos derrotá-lo", diz José Maria Monteiro, secretário-geral do partido em São Paulo.

O PSDB deposita suas esperanças no voto útil e na rejeição a Maluf.(Painel FSP - 08/09/88)

Adesão forçada

O ministro Mailson da Nóbrega circulou dia 6 em Brasília com vários adesivos - "Arrocho não" - grudados ao braço de seu Opala por militantes da União Nacional de Auditores Fiscais do Tesouro Nacional.

Mailson e seu motorista não perceberam. (Painel FSP - 08/09/88)

Trunfo do PT

O PT de São Bernardo (SP) festejou dia 7 a inclusão do nome do deputado Tito Costa, candidato a prefeito daquela cidade pelo PMDB, na lista divulgada pela UDR sobre os constituintes que votaram sempre com aquela entidade.

O PT acha que a lista será um importante trunfo na eleição de São Bernardo. (Painel FSP - 08/09/88)

Oferecida

Ao dizer que se sentiria "honrada" em disputar a vice-presidência da



República, numa chapa encabeçada por Mário Covas, a prefeita de Fortaleza, Maria Luíza Fontenelle, contentou-se em repetir oferecimento idêntico ao que tinha feito a Leonel Brizola e Saturnino Braga.

Sua mania de grandeza já a faz receber em sua cidade, o apelido de "Mega-Lu".(Painel FSP - 08/09/88)

Mal eleitoral

Indagaram dia 7 a Paulo Maluf sobre a Frente Anti-Malufista que seus adversários na campanha pela Prefeitura paulistana falam em formar.

"O anti-malufismo dá pneumonia", respondeu Maluf. (Painel FSP - 08/09/88)

Horror

Nos Estados Unidos, um empregado da Goodyear confessou que pagou 1 milhão de dólares para subornar funcionários do governo do Iraque, numa operação de venda de pneus

Deve ser terrível viver num país onde há corrupção. (Informe JB - 11/09/88)

Baixaria

O sambista pernambucano Sebastião José da Silva, candidato a vereador pelo PDS do Recife, conseguiu registrar no TRE o seu apelido - Boneco de Mola.

Além disso, está distribuindo panfletos onde pede votos para "também mamar nessa vaquinha" - no caso, o poder legislativo municipal.

O mau-caratismo do sambista

não fica por aí.

Ele se apresenta aos eleitores como "de direita radical".

Indagado sobre qual a diferença entre direita radical e esquerda radical, não titubeia:

É tudo pilantragem".

Inclusive ele. (Informe JB - 11/09/88)

Austeridade

O prefeito Saturnino Braga aumentou de 24 para 30 o número de Regiões Administrativas do município do Rio.

Neste período o número de funcionários caiu nestas regiões de 1.600 para 1.200. (Informe JB - 11/09/88)

Fim de estoque

Desde o encerramento dos trabalhos constituintes, sexta-feira passada, o governo Sarney assinou concessões de nada menos que 59 emissoras de rádio e duas de TV.

A Nova Constituição passa ao Congresso a responsabilidade pela concessão de rádios e TVs.

Pelo jeito, não vai sobrar nada. (Painel FSP - 10/09/88)

Fraudê à vista

O deputado Plínio Sampaio (PT-SP) acha que o regime militar chileno fraudará o plebiscito sobre a permanência ou não do general Pinochet no governo.

"Que eu saiba, a única ditadura que fez plebiscito e perdeu foi a do Uruguai. Por pura incompetência", diz Plínio. (Painel FSP - 10/09/88)

Vaticano quer diminuir influência dos bispos progressistas na CNBB

Uma mudança radical na linha "progressista" da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através de uma série de medidas de caráter "restaurador", é o principal objetivo do "Plano 1992", já em fase de execução por iniciativa de setores conservadores da Cúria Romana, com um prazo inicial a ser atingido daqui a quatro anos. Na opinião de um bispo brasileiro (que pediu para não ser identificado), o plano pretende "quebrar a espinha dorsal" da CNBB.

A CNBB é a maior conferência episcopal católica do Terceiro Mundo (possui cerca de 380 bispos) e a terceira maior do mundo, após as conferências da Itália e dos EUA. A existência do "Plano 1992" foi debatida em Brasília, nos dias 30 e 31 de agosto último, na reunião do Conselho do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, que reuniu cerca de 350 entidades.

A principal iniciativa desse "plano" seria a progressiva mudança no quadro dos cardeais, arcebispos e bispos brasileiros, através de uma política de nomeação de preladados "conservadores" pa-

ra substituir bispos "progressistas" e de transferências episcopais em arquidioceses e dioceses mais estratégicas.

Um exemplo dessa política "restauradora" teria sido a transferência do presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, em abril último, da região episcopal do Belém, na zona leste paulistana, para a Arquidiocese de Mariana (MG), numa tentativa de isolá-lo. A possibilidade de transferência de um ou mais bispos auxiliares de São Paulo também faria parte do mesmo esquema, dentro de uma estratégia para tentar enquadrar a Igreja local nos esquemas conservadores.

Estratégias semelhantes foram adotadas, com sucesso, na Holanda (nos anos 70), na Espanha e no Peru, onde o movimento católico conservador "Opus Dei" ganhou a presidência da Conferência Episcopal. O ano de 1992 não foi escolhido por acaso: marcará o quinto centenário da "evangelização" da América Latina e a realização da quarta assembleia latino-americana. (Folha SP - 11/09/88)

Continuam as divergências entre progressistas e conservadores no NE

As desavenças entre as alas progressista e conservadora do Regional Nordeste da CNBB - que há um mês provocaram a demissão de quatro funcionários da Pastoral Rural, inclusive um padre - voltaram a recrudescer, dia 7, com a demissão de Ana Lilla Bosch Garcia e Tereza Andrade,

que trabalhavam na subcomissão para assuntos econômicos e financeiros regional. Dias antes da demissão, Ana Lilla, que editava o boletim Atualidade e movimento popular, foi proibida de continuar fazendo o informativo. (JB - 08/09/88)

Bispo acusa correio de violar envelope

O bispo diocesano de Marília, dom Daniel Tomazella, denunciou dia 6 a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos por violação de correspondência. Ele afirmou que um envelope enviado pela Nunciatura Apostólica de Brasília para a Cúria Diocesana

de Marília com um cheque nominal e documentos foi rasgado na parte superior e lateral e depois novamente colado. Os sinais de cola são evidentes, mas nada desapareceu do envelope, afirmou dom Daniel. (O ESP - 07/09/88)

Luteranos de quinze países se reúnem no sul

Estratégias de ação para a Igreja Evangélica de Confissão Luterana nos países do Terceiro Mundo, desde a luta em favor da distribuição de renda mais justa na América Latina até a solução dos conflitos raciais na África do Sul foram discutidos Conferência de Educadores Teológicos Luteranos do Hemisfério Sul, que reuniu representantes de 15 países em São Leopoldo (RS). O secretário de Educação Teológica da Federação Luterana Mundial, Nelson Kirst, ressaltou que o objetivo é "repensar a doutrina de Martinho Lutero dentro do contexto dos problemas terceiro-mundista".

Segundo Kirst, a Igreja Luterana está mais avançada no Brasil, principalmente na questão da reforma agrária, onde atuam em conjunto com a Comissão pastoral da Terra, ligada à CNBB, dos bispos católicos "em defesa dos trabalhadores rurais sem terra". Acha Kirst que a reforma agrária no país ficará mais difícil com a nova Constituição e surgirão novas tensões no campo, "mas a Igreja Luterana continuará agindo em auxílio aos agricultores que lutam pela redistribuição de terra".

Os teólogos discutiram ainda a questão da pluralidade de religiões na África. Segundo Nelson Kirst, "a Igreja Luterana está impossibilitada, por exemplo, de entrar na África do Sul, por resolução dos dirigentes do país, devido ao seu repúdio aos conflitos raciais". O secretário lembrou também que a Igreja Luterana está ativa em relação ao apoio à questão palestina e atenta às guerras na América Central. (JB - 06/09/88)

Xavantes libertam reféns em troca da expulsão de PM que feriu índio

Depois de 19 horas de negociação, um grupo de 40 índios Xavante libertou dia 9, os cinco reféns que matinha presos na casa do índio no município de Aragarças (GO). Eles aceitaram a proposta do governo goiano que se comprometeu por escrito, a expulsar o soldado Walter Gonçalves Siqueira que, na madrugada do último sábado, atingiu com um tiro no pâncreas o índio xavante Germano Faudam, 20. Em goiânia, o governo se comprometeu também a assumir todas as despesas do tratamento de Faudam, além de conceder-lhe uma pensão vitalícia de três salários mínimos.

Pintados e armados com flechas e bordunas os xavante invadiram a Delegacia de Polícia de Aragarças na manhã de quinta-feira e prenderam o sargento Nogueira e três soldados da PM. Em troca dos reféns eles queriam o soldado que atingiu Faudam

para que ele fosse punido segundo as leis xavante. Depois de algumas negociações, os soldados foram trocados pelo major Augusto Barbosa, comandante da Companhia da PM em Iporá, e o tenente Macário, presidente da Comissão de Inquérito que apura o atentado.

As negociações continuaram durante toda a madrugada. A Superintendência da Funai em Cuiabá (MT), sob cuja jurisdição estão os índios xavante, enviou dois assessores para acompanhar o caso com a orientação de não participar dos entendimentos, pois isto era responsabilidade do governo de Goiás. Somente depois de receberem as propostas por escrito, os índios concordaram, dia 9, em libertar todos os reféns. O soldado Siqueira será expulso da Companhia de Iporá, onde está preso. (Folha SP - 10/09/88)

DPF expulsa invasores da área Avá-Canoeiro

A Polícia Federal iniciou dia 31 a retirada de cerca de 30 garimpeiros que invadiram a área indígena dos Avá-Canoeiro localizada no município de Minaçu, estado de Goiás. O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá Filho, informou que os invasores há mais de um mês, estão ilegalmente extraindo ouro de um dos córregos que cortam a área indígena.

Os advogados do órgão em Goiânia onde fica sediada a 6ª Superintendência Executiva Regional, formalizaram representação endereçada a 4ª Vara da Justiça Federal, pedindo uma ação de reintegração de posse. "A liminar, concedida pelo juiz Osmar José da Silva, serve de instrumento para garantir o deslocamento dos agentes à área", explica Ronaldo Montenegro, chefe da Procuradoria Jurídica da Funai.

Estatuto do Índio

A exploração de ouro no córrego dos Macacos e no Rio Tocantins vinha sendo feita desde o final do mês de julho. Milton Cintra, advogado da Fu-

nai que deu entrada com a ação na Justiça, argumenta que, pelo artigo 44 do Estatuto do Índio, somente os índios Avá-Canoeiro podem explorar o ouro encontrado nas margens dos rios.

"O artigo é bem claro: as riquezas do solo, nas áreas indígenas, somente pelos silvícolas podem ser exploradas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício da garimpagem, fiação e cata das áreas referidas", esclarece Cintra.

A área indígena Avá-Canoeiro, habitada pelos índios do mesmo nome, tem uma abrangência de 38 mil hectares e foi interditada pelo governo federal em 1985. Fica localizada nos municípios de Minaçu e Cavalcanti, em Goiás, a pouco mais de 240 quilômetros de Brasília.

Os índios que ocupam a região são arredios, sendo que apenas cinco deles foram contatados. O restante do grupo permanece em isolamento nas matas, não tendo mantido nenhum tipo de contato com o branco ao longo destes anos. (Correio Brasiliense - 31/08/88)

Hahaintesu apreendem máquinas de madeireiros

Na área indígena do Vale do Guaporé, os índios hahaintesu apreenderam máquinas e equipamentos de madeireiros que estavam ilegalmente na área. O administrador da Funai, em Vilhena, Ro-

berval Nascimento Moraes, já pediu a presença da Polícia Federal e foi verificar pessoalmente o que aconteceu.

(O FSP - 09/09/88)

Posseiros resistem à violência no MT

A violência contra os trabalhadores rurais de Vila Rica, no Mato Grosso, foi denunciada através do documento assinado por seis entidades do Estado revelando o desrespeito e a opressão, especialmente contra os posseiros da área Cantagalo. Eis a íntegra do documento:

No mês de maio de 1987, um grupo de 80 lavradores Sem-Terra ocupou parte de um gleba de 21 mil hectares que se encontrava ociosa sem qualquer benefício.

Depois de algum tempo que os Sem Terra ocuparam a gleba e nela trabalhavam começaram as perseguições por parte da Empresa URUPIANGA que se diz dona da terra.

Ultimamente, o fazendeiro juntamente com as autoridades policiais tentam de todas as formas expulsar os posseiros e destruir a organização dos Trabalhadores.

No dia 19 de agosto de 1988, sete lavradores foram procurados em suas casas por policiais, transportados num carro da Empresa Urupianga e levados detidos até a Delegacia de Polícia de Vila Rica. Um dos lavradores teve os seus braços algemados um bom pedaço do caminho.

Na busca aos lavradores os policiais invadiram a residência do Sr. Pedro Guerino Celeri, enquanto este estava no seu trabalho de roça e levaram uma espingarda de caça. Isto além de entrarem em outras residências.

Os trabalhadores que foram levados a depor foram pressionados e humilhados pelo Delegado de polícia que os chamava de vagabundos, bandidos, sem-vergonhas...

Pelo fato de manifestar apoio e solidariedade aos posseiros do Cantagalo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais rece-

beu ameaças de intervenção por parte do truculento advogado Dr. Mauro, procurador da Empresa, que o tempo todo ficou pressionando numa tentativa de amedrontar os trabalhadores.

Em toda essa situação tentam envolver o SINDICATO e a Companheira INÊS acusando-os de incentivadores e mandantes das ocupações.

Não será com ameaças e truculências que a organização sindical, deixará de defender o trabalhador e passar a defender interesses dos latifundiários e poderosos.

Queremos deixar algumas questões para que a população reflita bem sobre elas:

01 . Será que os trabalhadores não pensam?

02 . Será que não é a situação de miséria que leva o trabalhador a procurar terra onde trabalhar?

03 . Será Vila Rica o único lugar onde existe ocupação de terra?

04 . Onde está a tão falada Reforma Agrária do Governo?

05 . Por que será que quando um Trabalhador Rural faz queixa de ameaças até tentativa de homicídio que sofre por parte dos grandes, a polícia não faz nada? E quando aconteceu o, contrário, por que toma as providências imediatamente???

Vila Rica, 28 de agosto de 1988

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Terezinha

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Alegre do Norte

Prelazia de São Félix do Araguaia

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica

Organização das mulheres lavradoras

Anistia divulga relatório e apela a Sarney contra violência no campo

A Anistia Internacional divulgou dia 8, em todo o mundo, dois relatórios e uma nota sobre violência no meio rural brasileiro, afirmando que mais de mil pessoas foram assassinadas pela posse da terra no Brasil desde 1980 e que, somente em três casos, os culpados foram condenados pela Justiça. Os dirigentes da Anistia (organização internacional de direitos humanos, fundada em Londres, em 1961, com 700 mil sócios, em 150 países) também encaminharam um apelo ao presidente José Sarney para que tome "medidas urgentes para pôr fim à campanha de terror e assassinato desenvolvida por pistoleiros, contratados por fazendeiros, em áreas rurais do norte do Brasil".

Os relatórios resultam das informações recebidas em Londres desde 1980 e de investigações feitas no Brasil, em 1986 e 1987, por delegações internacionais da Anistia, que visitaram os Estados do Pará, Goiás e Maranhão - ouvindo depoimentos de pessoas envolvidas ou afetadas pelos conflitos - e foram, também, recebidas em Brasília por autoridades governamentais.

Em abril último, a Anistia enviou memorando ao governo brasileiro, com informações sobre 50 casos de assassinatos de trabalhadores rurais, líderes sindicais e assessores, sobretudo no norte do país.

Um dos casos relatados no memorando é o da morte do padre Josino Moraes Tavares, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região dos rios Araguaia e Tocantins, no Bico do Papagaio (norte de Goiás, sul do Pará e sudeste do Maranhão), assassinado em

Imperatriz (MA) em maio de 86.

Segundo os relatórios "Brasil Documento" e "Brasil: Violência autorizada nas áreas rurais", da Anistia, registram-se, no meio rural brasileiro, a "tolerância oficial em relação a assassinatos de camponeses, seus líderes e assessores", além da "persistente obstrução de inquéritos sobre esses crimes", "detenções arbitrárias, tortura e maus tratos". A Anistia diz que a maior parte das vítimas tem sido formada por lavradores e indígenas e que "nos últimos anos, sindicalistas, padres, freiras, agentes pastorais e advogados também têm sido seletivamente assassinados e ameaçados de morte, por trabalharem em favor de camponeses e índios".

A Anistia afirma dispor de "evidências" de que a maioria dos assassinatos no campo brasileiro, nos últimos oito anos, foi cometida por pistoleiros contratados por fazendeiros "para aterrorizar e expulsar da terra os que eles consideram como ameaças aos seus interesses" QL

Em fevereiro do ano passado, segundo os relatórios, a polícia paraense teria cercado ilegalmente 50 lavradores, inclusive crianças, nas proximidades de São Geraldo do Araguaia, sul do Pará, obrigando-os sob a ameaça de armas, a marchar até a sede de uma fazenda. Neste local, duas mulheres teriam sido estupradas, enquanto os homens teriam sido obrigados a comer excrementos, espinhos e cigarros acessos, tendo as gargantas forçadas por garrafas. Depois disto, diz a Anistia, eles nunca mais voltaram à região. (Folha SP - 08/09/88)

CPT catalogou 47 assassinatos este ano

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem catalogados em seus computadores na sede da entidade, em Goiânia (GO), 47 casos de assassinatos por questões fundiárias, entre os meses de janeiro até 10 de agosto deste ano.

Quatorze assassinatos ocorreram no Amazonas (índios ticuna foram mortos em março deste ano na fronteira com a Colômbia), 13 no Pará, seguindo-se o Maranhão

(com quatro mortes), Bahia e Minas Gerais (três em cada Estado), Ceará e Mato Grosso (duas mortes em cada), Espírito Santo, Pernambuco, Rio, Acre, Goiás e Roraima.

A Comissão Pastoral da Terra considera, também, como assassinatos, a morte de 27 trabalhadores rurais bóias-frias, em todo o país. (FSP - 08/09/88)

Entidades acusam governo de omissão

Representantes de 50 centrais e entidades sindicais estrangeiras, que participaram do Terceiro Congresso Nacional da CUT, divulgaram dia 11 um documento, que será enviado ao ministério da Justiça, Paulo Brossard, denunciando a omissão do governo brasileiro em garantir a vida de trabalhadores rurais e envolvidos em conflitos de terra e exigindo a apuração dos assassinatos e outros crimes cometidos contra estas pessoas.

Os delegados estrangeiros ouviram dia 9, uma entrevista coletiva em que treze líderes de trabalhadores rurais confirmaram as denúncias contidas no relatório da Anistia Internacional sobre a violência no campo, no Brasil, e lembraram a impunidade dos criminosos, entre eles os que mataram o padre Josimo Tavares, em Imperatriz, no Maranhão, em maio de 1986, e a líder canavieira Margarida Alves, em agosto de 1983, em Lagoa Grande, na Paraíba.

Os representantes de três centrais sindicais mundiais, de duas latino americanas e de centrais do Afeganistão, Israel, das duas Alemanhas, Angola, Bélgica, Canadá, Bolívia, China, Colômbia, Cuba, Dinamarca, El Salvador, Equador, Estados Unidos, França, Holanda, Iraque, Itália, Marrocos, Nicarágua, Noruega, Panamá, Suécia, Polônia, Portugal e União Soviética, entre outros, afirmam, no documento, que se surpreendem com o fato de o governo brasileiro permitir que o preço da democracia seja "esta realidade violenta, que assassina um trabalhador rural por dia e envolve um milhão 300 mil pessoas em conflitos de terra".

Eles afirmam que é inconcebível que o ministro da Justiça ignore as denúncias da Anistia Internacional, quando esperavam que esta contribuição motivasse a Justiça a apurá-las. (JB - 12/09/88)

CNBB: luta pela terra pode se agravar

O bispo de Imperatriz (MA), d. Afonso Felipe, reponsável pela Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) disse dia 7, comentando o dossiê da Anistia sobre a violência fundiária brasileira, que os conflitos agrários no país "podem tornar-se ainda mais violentos, caso não seja enfrentada a atual estrutura fundiária injusta". D. Afonso acrescentou que "enquanto 1% dos proprietários rurais possui cerca de metade das terras agrícolas ocupadas, há milhões de lavradores sem terra para trabalhar, num país tão

grande quanto o Brasil". Destacou que "sem reforma agrária, é impossível haver paz no campo".

Já o secretário executivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) padre Ermano Allegri, disse que o dossiê da Anistia "coloca em crise a estrutura da Justiça brasileira e confirma as denúncias que a Pastoral vem fazendo há anos". O padre Ermano afirmou, depois, que "o massacre no campo exige uma urgente solução".

"Romaria da terra" une 15 mil no MR

Cerca de 15 mil lavradores participaram dia 10 da "3ª Romaria da Terra", realizada em Imperatriz (780 Km a sudoeste de São Luís). Não foi registrado nenhum incidente, apesar dos temores das autoridades eclesiais que promoveram o evento sob ameaça de um atentado. No começo desta semana, circularam pela cidade vários panfletos, assinados por um autodenominado "Comando Revolucionário 31 de Março", que ameaçavam a manifestação.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) solicitou aos Ministérios da Justiça e do Exército mais segurança para a manifestação. O 50º Batalhão de Infantaria da Selva decretou o "estado de alerta" na região. A Secretaria da Segurança Pública mobilizou mais de cem homens da Polícia Militar para acompanhar os

romeiros.

Segundo o bispo de Imperatriz, d. Afonso Gregori, o objetivo desses panfletos era o de intimidar a manifestação dos trabalhadores rurais, que esperavam abrir um canal para suas reivindicações. Participaram da manifestação lavradores da Bahia, Piauí, Ceará e Pará, que ficaram em estado de vigília durante a noite na rodovia Belém-Brasília. Às 7 h do dia 10, eles iniciaram uma passeata que terminou na praça de Fátima, no centro da cidade - o mesmo local onde foi assassinado o padre Josimo de Souza no dia 10 de maio de 1986.

Os representantes das pastorais, dioceses e trabalhadores rurais fizeram, após a celebração da missa, uma "tribuna livre". (Folha de São Paulo - 11/09/88)

CUT prepara mandado de injunção

Quando a nova Constituição for promulgada, no próximo dia 5 de outubro, os sindicatos filiados à CUT (Central Única dos Trabalhadores) já estarão preparando os primeiros mandados em injunção, para exigir na Justiça o cumprimento de preceitos constitucionais como o salário mínimo justo e suficiente para que o trabalhador sustente sua família e a participação dos empregados nos lucros das empresas, revelou, em Belo Horizonte, o diretor do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), Walter Barelli.

"Promulgada a Constituição, haverá direitos adquiridos que temos que exercer. Por isso, vamos, em vários pontos do país, através dos sindicatos, reivindicar esses direitos", afirmou Barelli, explicando que vários sindicatos já estão discutindo a melhor forma de assegurar os direitos constitucionais

dos trabalhadores, no Supremo Tribunal Federal.

Mobilização

Walter Barelli garante, entretanto, que o Dieese não está preocupado unicamente com estes aspectos da nova Constituição, mas com as conquistas básicas que os trabalhadores tiverem. "Acredito que ganhamos muito pouco e, grande parte do que se conseguiu ainda precisa ser regulamentada. É necessário que os sindicatos se organizem para efetivamente conquistar na legislação ordinária aquilo que já parece ser direito consagrado pela nova Constituição. Vamos ficar atentos, pois muita coisa que consideramos hoje como vitória podem ainda se transformar em derrota", advertiu. (JB - 12/09/88)

Plenária critica Constituição e Pacto Social

Entre as decisões importantes do 3º Concut, os sindicalistas decidiram denunciar o "caráter conservador" da nova Carta, e o retrocesso que ela representa em relação à reforma agrária. Mas, deixarão aos partidos políticos a decisão de os constituintes ligados à central assinarem ou não o texto constitucional.

Também em relação à conjuntura nacional, a plenária aprovou posição contrária à participação da CUT no pacto social, e a necessidade de conscientização, pela central, dos trabalhadores e da população em geral, para que elejam candidatos ligados às causas populares, nas eleições municipais de 15 de novembro próximo. (JB - 12/09/88)

Bancários decidem greve nacional

Com exceção dos bancários do Banerj, os funcionários dos bancos privados, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e demais bancos estatais, no Rio, decidiram entrar em greve no primeiro minuto do dia 14. Em São Paulo, os bancos privados e CEF também decidiram parar. Já em Brasília, onde os bancários do BB e dos bancos privados compareceram ao trabalho, os funcionários da CEF resolveram aderir ao movimento grevista. As decisões foram tomadas em assembleias no dia 13 à noite, que em alguns casos se prolongaram até a hora do início da greve.

No Rio, as decisões dos bancários do BB e dos bancos privados foram tomadas em assembleia separadas, ambas realizadas no Sambódromo, e que atraíram cada uma cerca de 2.000 pessoas. Os funcionários dos bancos particulares aprovaram a greve por aclamação, da mesma forma que rejeitaram proposta feita pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) de 53,3% de aumento para toda a categoria e de 63,27% para o piso salarial. No primeiro caso, a Fenaban oferece 8% de produtividade e, para o piso, 15%. A greve nos bancos privados é por tempo indeterminado.

Na assembleia do Banco do Brasil não havia unanimidade. Por isso os funcionários acabaram decidindo por uma paralisação de 24 horas, apenas como forma de pressionar o TST a conceder a equiparação salarial dos bancários do Banco do Brasil aos servidores do Banco Central.

Em Brasília, a decisão de não aderir à greve também foi tomada em assembleias separadas por entidade: BB, bancos privados, CEF e demais bancos estatais. Apenas a Caixa Econômica Federal aprovou a greve, a partir da zero hora do dia 14 por tempo indeterminado. Seus funcionários reivindicam reajuste de 124,41%, diferença entre o IPC e a URP (resíduo inflacionário), reposição de 26,06% referente à inflação de julho de 1987; 15% de produtividade e equiparação dos salários aos bancos oficiais.

Os funcionários dos bancos privados, porém, decidiram aceitar a proposta da Fenaban e desistir da paralisação. Já os do Banco do Brasil consideram que as greves deflagradas pelo BB nos últimos meses estavam criando uma imagem negativa perante o público e que suas reivindicações haviam sido quase todas acolhidas pelo TST. (JB - 14/09/88)

Meneguelli reeleito pela terceira vez para a presidência da CUT

O líder metalúrgico Jair Meneguelli foi reeleito dia 11 para seu terceiro mandato na Presidência da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Cabeça das chapas Articulação, Meneguelli foi reeleito com 3.557 votos, o equivalente a 60,43% dos 5.886 eleitores, no encerramento do Terceiro Congresso Nacional da CUT (Concut), em Belo Horizonte.

Dois outras chapas concorreram: a Democracia e Luta, encabeçada pelo Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Ciro Garcia, e a CUT pela Base, do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, Durval de Carvalho. Mas havia quatro chapas inscritas: só que a do Diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Washington Luiz Moura Lima, renunciou, na última hora, em apoio à Carvalho.

A Democracia e Luta obteve 961 votos (16,32% do total) e a CUT pela Base, 1.368 (23,24%). A vitória da Articulação deu direito ao grupo a indicar nove membros e três suplentes da Executiva Nacional da CUT. A CUT pela Base participará com quatro diretores e um suplente, e a Democracia e Luta, apoiada pela Convergência Socialista e Coletivo Gregório Bezerra, tem direito a dois diretores e um suplente.

Dos 83 cargos da Diretoria Nacional da CUT, 50 ficaram com a chapa vitoriosa, 19 com a segunda colocada e 14 com a Democracia e Luta. Dos 41 suplentes, 25 são da Articulação, dez da segunda colocada, e seis, da terceira.

O resultado da eleição foi aclamado pelos delegados que lotavam o Mineirinho. Sob uma

chuva de papéis picados e ao som de batuques, Meneguelli foi carregado pela multidão. Passados os primeiros momentos de euforia, foram anunciados os nomes dos novos membros da Executiva Nacional da CUT. Meneguelli tem como vice o Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, Avelino Ganzer. Na Secretaria Geral da CUT está Gilmar Carneiro.

Decisões

Durante seu 3º Congresso, a CUT estabeleceu que a unificação das datas-base de todas as categorias de trabalhadores é a principal luta a ser encampada pela entidade nos próximos meses. Segundo Jair Meneguelli, esta é uma reivindicação antiga e uma das bandeiras da Central. Meneguelli disse que já foram, inclusive, enviadas solicitações neste sentido a diversas associações empresariais: contudo, até agora todas permanecem sem resposta.

Para os dirigentes da CUT, a unificação das datas-base seria uma importante conquista dos trabalhadores, que aumentariam sua capacidade de pressão sobre as empresas e o Governo. O plano de ação mais imediato da CUT pretende também unificar as campanhas salariais que estão acontecendo atualmente no País, através de comandos únicos de negociação. Além disso, a entidade se prepara para realizar campanha contra a política econômica do Governo: defende o não pagamento da dívida externa e suspensão do acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e reposição de perdas salariais.

"Articulação" vence e reduz delegados

O texto aprovado pela plenária do Congresso Nacional da CUT (Concut) corresponde em mais de 90% à tese do grupo Articulação, ao qual pertence Jair Meneguelli. Eleita para servir de base para as emendas, a tese recebeu poucos substitutivos e adendos dos outros grupos. Em todos os pontos mais polêmicos a Articulação venceu.

O principal deles diz respeito aos estatutos. O Cut pela Base, segundo grupo mais forte no congresso, era contra a redução do número de delegados para o próximo congresso na-

cional. Mas aceitou as alterações.

Ficou estabelecido que o Concut passa a ser realizado de três em três anos e não mais de dois em dois. E o número de delegados ao Congresso não mais obedece à proporcionalidade com a base sindical de cada sindicato, mas ao número de trabalhadores sindicalizados. Agora, só poderão enviar delegados à CUT os sindicatos filiados. Com isso, Meneguelli acredita que o próximo Concut tenha cerca de 3 mil delegados, contra os 8,3 mil inscritos neste ano. (O Globo - 12/09/88)